

A FRENTE AGRÍCOLA DE RONDÔNIA: TRAÇOS DA EVOLUÇÃO RECENTE

Carlos Osório
Professor do PIMES e do
Departamento de Economia da UFPE

O crescimento da população de Rondônia, na década dos 60, foi de 45,8 mil habitantes, atingindo em 1970 a população de 166,6 mil. Até por essa época o Território era isolado e desconhecido, com exceção de dois importantes empreendimentos: a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, no início deste século, e a mineração extrativa de cassiterita na década dos anos 50.¹ A partir de 1969 com a trafegabilidade durante todo o ano da BR-364 ligando Cuiabá a Porto Velho, os fluxos migratórios para Rondônia se intensificaram especialmente com a divulgação da existência de excelente e espessa terra roxa sob a densa floresta virgem e da distribuição pelo INCRA de terra de boa qualidade.

A capital do Território, fiel a sua tradição de nó viário (desde os primórdios do atual século quando para transpor as corredeiras do rio Madeira foi construída a "ferrovia do inferno" Madeira-Mamoré, entre Guarajá-Mirim, na fronteira boliviana, e Porto Velho, situada no extremo navegável do rio Madeira e famosa como porto de exportação de borracha) é hoje extremo da importante rodovia BR-319 que liga à capital do Amazonas e, por conseguinte, faz o acesso e a integração da Zona Franca de Manaus ao centro-sul do País. Concluída em 1973 e asfaltada em 1974, a BR-319 encontra-se com a Transamazônica em Humaitá, dirigindo-se para além de Manaus em direção a Caracará e a Boa Vista onde se bifurca para alcançar as fronteiras da Guia-

na (Inglesa) e da Venezuela, a fim de se entrosar com o sistema rodoviário sul-americano.

Como nó da nova malha viária, a importância de Porto Velho na Amazônia cresceu colocando-o como o terceiro mais importante centro urbano da Amazônia, região antes simplesmente bipolarizada pelas "grandes" cidades regionais de Belém e de Manaus, centros respectivos da Amazônia Oriental e da Amazônia Ocidental, que eram outrora muito enclausuradas em relação ao centro hegemônico do País. O enclausuramento da Amazônia Oriental foi quebrado pela Belém-Brasília nos idos dos anos 50 e o da Amazônia Ocidental só o foi recentemente com a construção da ligação de Manaus a Porto Velho, que faz parte de um arco viário que se volta para o centro hegemônico do País. Esse arco viário polariza extensas áreas, antes praticamente isoladas do centro hegemônico brasileiro, inclusive aquelas partes limítrofes ocidentais do Brasil com a Bolívia.

No decênio 60/70 o crescimento da "população rural" nos dois municípios de Rondônia (Porto Velho e Guajará-Mirim) foi apenas razoável, da ordem de quarenta por cento. Porém, os recém-publicados dados do Censo Agropecuário de 1975² demonstram um crescimento avassalador na primeira metade da década de 1970, impulsionado pela nova malha rodoviária. O "pessoal ocupado na agropecuária" no município de Porto Velho (leito da BR-364, como também da BR-319) cresceu em mais de quinhentos por cento, o que constitui um "record" entre os municípios brasileiros, enquanto o município de Guajará-Mirim cresceu em mais de cem por cento. No Território como um todo, que coincide com a própria microrregião de Rondônia, o pessoal ocupado na agropecuária passou de 20.574, em 1970, para 106.704, em 1975, o que equivale a um crescimento de 419%, "record" nacional entre as microrregiões. Concomitantemente, o número de estabelecimentos agrícolas mais do que triplicou; o total da área desses estabelecimentos duplicou e o total da área de lavouras mais do que quadruplicou.³

A Frente Agrícola dos Anos 70

Em Rondônia se presenciou então a cena mais importante da expansão da frente agrícola nacional. Lá chegaram pequenos agricultores procedentes de São Paulo, do Paraná, do Mato Grosso, muitos dos quais com bastante experiência em agricultura e trazendo consigo seus pertences. No sul e sudeste do País, regiões origens das correntes que rumavam para Rondônia, arrefecida a frente agrícola do Paraná, se realizava uma intensa mecanização das lavouras do trigo, do arroz e da soja. Esta, por exemplo, invadiu grandes áreas anteriormente utilizadas para o plantio do café, que é uma lavoura necessitada de mais mão-de-obra do que a soja e sujeita à produção em fazendas de

escala menor. A monopolização da terra e a intensa mecanização, aliada às vezes à mudança de cultura agrícola, forçavam o pequeno produtor a vender sua terra ao grande produtor e procurar sobreviver e, no possível, promover-se, em outras áreas. Então foi quando apareceu Rondônia como a grande chance daqueles que, sem terra, procuravam sua sobrevivência no uso dela. A terra de Rondônia é de alta qualidade. Como era mais barata do que no sul do País, a quantia obtida na venda de um pequeno lote no Sul, em áreas supervalorizadas e altamente especuladas, permitiria ao colono potencial adquirir um lote várias vezes maior na frente agrícola de Rondônia. Configurou-se, assim, uma intensa corrente migratória para o novo "eldorado". Cada vez mais numerosos, os migrantes não tinham como ser absorvidos, daí surgindo uma situação social instável. ⁴ A procura de terra passou a ser muito maior do que a oferta que o INCRA conseguia agenciar, gerando não só o desequilíbrio no mercado de terra mas também um forte desequilíbrio social.

O problema da titulação da terra se apresentou e ainda se apresenta como o de mais séria gravidade para a nova sociedade rondoniana. Por um lado há reservas indígenas, por outro há reservas florestais, sendo legalmente proibida a sua utilização pelos colonos. Ademais, por ser fronteira política, há outras restrições ao uso e à posse da terra em várias partes do Território. Acrescente-se ainda que, bastante antes das levas migratórias dos meados da década atual penetrarem em Rondônia, uma parte considerável de suas terras eram "pertencentes" a seringalistas, muitos dos quais teriam vendido suas terras a fazendeiros sulistas especialmente a paulistas.

Em agosto de 1977, o governo federal, através dos Ministérios do Interior e da Agricultura, decidiu lançar uma campanha nas áreas de origem dos fluxos migratórios para Rondônia, alegando junto à população daquelas áreas (que vêm gerando consideráveis excedentes populacionais rurais) que a grande tensão social existente no Território de Rondônia era causada pelas dificuldades relativas à aquisição de terras, somadas às deficiências de infraestrutura.⁵

A campanha antimigratória não parece ter tido êxito, tendo continuado a chegar mais migrantes e de locais e procedências mais diversificados, inclusive do Nordeste que eram pouco freqüentes à época das primeiras levas da frente agrícola de Rondônia. A despeito da propaganda oficial, os fluxos não parecem que venham a cessar de imediato, porque, como afirma o adágio popular: "quando não cessa a causa não cessa o efeito". A causa das migrações ou mais precisamente, a força de expulsão que gera o fluxo está bem localizada dentro das áreas convencionais da agricultura brasileira, sendo a

força de atração da frente de Rondônia apenas a força recíproca que indica o destino dos fluxos emigrantes.

Conforme informações oficiais foram até 1977 assentadas umas 5 mil famílias em projetos de colonização do INCRA, porém o duplo desse número de famílias já estaria lá em Rondônia à procura e à espera de seus lotes muitas das quais, desesperançadas, tiveram que fazer o trajeto de retorno aos locais de procedência, ou se mandarem para as cidades para tentar a sorte. Instalou-se realmente um clima de conflito no Território. O sentimento de desordem instalada e a falta de controle da situação diante de fluxos descomensurados de migrantes dominaram as autoridades responsáveis do governo do Território e do INCRA, bem como do público em geral, informado do novo "faroeste" brasileiro pela imprensa. O jornalista americano Norman Gall, que fez uma série de reportagens sobre Rondônia, mostra que a BR-364 abriu caminho para uma terra de ninguém, para além das fronteiras atuais do conhecimento científico, das soluções técnicas e da coesão organizacional, advertindo para o perigo ecológico da invasão da Amazônia. ⁶

Apresentam-se conflitos a vários níveis que passaram a envolver a todos: os índios, os colonos, os posseiros, os grileiros, os fazendeiros, os funcionários governamentais, etc. Na verdade, instalou-se um conflito geral. ⁷

Embora o conflito seja tão generalizado, deve-se ter em conta que no seu cerne, dois conjuntos de forças se dividem, distinguindo-se a do grande capital de caráter monopolista das demais forças. No lado do grande capital se perfilam os grandes fazendeiros, os grileiros, os empreiteiros, os seringalistas. No outro lado, entre outros, se encontram os pequenos colonos. O grande capital dirige o processo de expansão da frente capitalista monopolista enquanto os pequenos colonos atuam como uma frente capitalista competitiva. Ambas as frentes são caracterizadas pela produção para o mercado e pela propriedade privada da terra, mas no caso da frente competitiva há predominância da pequena propriedade, marcada pela presença de projetos de colonização, quer privados quer oficiais. Vale, outrossim, destacar aqui que a frente agrícola de Rondônia não tem características de frente camponesa-mercantil, que se verificaram na área que abrange o oeste do Maranhão, o sudeste do Pará e o norte de Goiás.

Vem acontecendo em Rondônia um confronto de poder da frente monopolista com a frente competitiva, à medida em que as duas estão "atravessando" (usando a imagem no sentido de "atravessar o samba" no desfile de grande escola), ou, em outras palavras, as duas frentes estão atuando simultaneamente no tempo e no espaço (as áreas não formam conjuntos disjuntos, isto é, contêm imensos "overlappings").

A constatação do confronto de poder levanta uma séria indagação e conduz a um certo pessimismo quanto à capacidade do INCRA de ter ação decisiva a favor dos "pequenos".

O pesquisador George Martine, especialista em migrações, chegou a sugerir, em recente estudo,⁸ que o governo está perdendo, uma vez mais, uma grande oportunidade histórica, diante de uma experiência de colonização dirigida pelo Estado que deveria ser bem sucedida pelas vantagens especiais que goza diante das outras grandes experiências de colonização no País. Ele chamou a atenção, e não é demais insistir aqui, que em 1967 (há apenas uma década) ainda pertencia à União mais de noventa por cento de toda a área do Território de Rondônia. Já em 1972, no recadastramento do INCRA, se detectava sinais de parafernália em que se imiscuiria o Território, logo em seguida, no tocante ao uso e à posse da terra.

Ainda seguindo a linha de argumentação de George Martine, é digno de nota o padrão relativamente superior do migrante típico que aporta em Rondônia, em comparação com os migrantes das outras frentes agrícolas (como no Maranhão, por exemplo). Os migrantes que rumaram para Rondônia, via de regra, traziam seu capital e sua prévia experiência de agricultura, como pequeno proprietário, ao contrário dos camponeses nordestinos sem terra que eram tangidos para o Maranhão, nas piores condições (em épocas de seca, por vezes, mas nem sempre!)

Enfim, se o INCRA não tem estrutura e capacidade decisória para, de uma vez por todas, apoiar o pequeno proprietário, e só a ele, em Rondônia, como poderá servir de suporte para os camponeses sem terra, alhures? Esta é a séria indagação, supra-referida, que leva ao pessimismo prospectivo, ao menos a curto prazo, salvo se vier a ser redefinida a política fundiária de que esse órgão federal é suposto implementar.

Na composição dos recentes fluxos de migrantes para Rondônia, o Nordeste como região de procedência (direta) pouco representa, ao contrário do Centro-Oeste, que é o caminho geográfico natural das demais regiões (salvo o Norte) para Rondônia, e do Paraná. Não obstante, enquanto região de origem (naturalidade), o Nordeste é razoavelmente importante, tal como o Paraná, mas muito menos importante do que o Sudeste.

É mister ressaltar uma constatação elaborada por George Martine, quando no seu recente "paper" analisou os dados recentes de chegada em Rondônia. Em suas próprias palavras:⁹

“enquanto os migrantes mais velhos nasceram, na sua maioria, em áreas de agricultura tradicional, no Nordeste e Sudeste emigraram para áreas que, até recentemente, eram consideradas como de fronteira (particularmente Paraná e Mato Grosso), os mais jovens são nativos desses estados de fronteira recente; as diferenças na composição etária por nascimento e procedência são muito nítidas nesse sentido. Deduz-se que os mais velhos, que haviam migrado para áreas de fronteira e criado seus filhos nelas, tornam a empreender novo deslocamento no espaço de uma geração ou menos. Isto sugere que nas circunstâncias atuais, *mesmo em áreas de colonização 'exitosa', tais como Paraná e Mato Grosso, basta uma geração para que recomece a expulsão de pequenos agricultores*”.

Terão os filhos dos peões, que hoje buscam a sorte em Rondônia, de prosseguir a andança? ¹⁰ Será a itinerância sem fim? A resposta será afirmativa se mantiver o privilégio que a política federal tem conferido à grande empresa, que vem restringindo as possibilidades de fixação produtiva em Rondônia dos excedentes relativos de população de outras áreas do País. Vem, portanto, a frente agrícola de Rondônia, sendo bloqueada, “ex-ante”, pelas grandes empresas agrícolas, aos pequenos produtores que para lá se destinam. Esta é, afinal, a principal crítica à nova estratégia de ocupação da Amazônia.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 — KELLER, Elza C. de Souza. População. In: FUNDAÇÃO IBGE. *Geografia do Brasil - Região Norte*. Rio de Janeiro, 1977, p. 235-6.
- 2 — Cf. FUNDAÇÃO IBGE. *Sinopse preliminar do Censo Agropecuário de 1975*. v.1.
- 3 — Cf. idem.
- 4 — BRASIL. Ministério do Interior. A estrada, o garimpo e a aventura explodiram as artérias de Rondônia. *Interior*, 3 (19): 31, set./out., 1977.
- 5 — Vide a propósito:
BRASIL. Ministério do Interior. *Rondônia: o problema das migrações*. Brasília, [s.d.] p. 77.
No panfleto da Campanha de esclarecimentos aos migrantes. “Rondônia: não se mude para lá sem orientação”, publicado pelo MINTER, diz-se claramente na pag. 77 que o migrante”. . . Vai pensando que as terras de lá não têm dono e depois vê que não é nada disso. Aí fica sabendo que foi enganado por pessoas que só queriam explorar. . .”
- 6 — O referido jornalista comparou a situação do faroeste de Vila Rondônia na década de 70, com a fama pouco invejável de Dodge City, aproximadamente há um século atrás.

A LUTA pela terra, num cenário de violência: caminho para Rondônia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 mar., 1978 p. 155.

- 7 – Indicando claramente os conflitos, uma reportagem do *Jornal do Brasil*: PRESSÃO de grupos econômicos é o desafio do INCRA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr., 1975. p. 14 1 cad..

Afirmou: "... O INCRA não luta apenas contra as dificuldades técnicas de discriminar uma área tão grande e tão inóspita à ocupação humana quanto Rondônia e de contratar pessoal especializado para isso. O problema mais grave é a pressão dos fortes grupos econômicos do Sul, responsáveis pela grilagem (posse e venda ilegal) de terras e expulsão e morte de posseiros". (...) "A história da grilagem em Rondônia começou com a descoberta posterior de áreas com solos riquíssimos e com reservas florestais de alto valor econômico devido à abundância de madeiras de lei como mogno, ipê, jacarandá, que lá são utilizadas até para construção de casas e de currais. Despertado o interesse dos grupos econômicos do Sul, os seringalistas começaram a vender a eles as terras que exploravam para extração da borracha, terras essas que eram suas posses, mas não propriedades e que, portanto, não podiam ser vendidas.

Os grupos econômicos paulistas tratavam, então, de vender os seringais a compradores desavisados do Sul por preços muito mais altos do que os reais. Para isso expulsavam os moradores dessas áreas (posseiros), usando de todos os recursos, desde queima de casas até assassinato dos posseiros, criando um clima de tensão social que motivou a inclusão de certas regiões como áreas prioritárias de reforma agrária, ou seja, passíveis de desapropriação".

- 8 – MARTINE, George. *Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil*. Brasília, 1978. Relatório Técnico no. 37 do Projeto de Planejamento de Recursos Humanos. Mimeog.

- 9 – idem, p. 39.

- 10 – Lembrando a música denominada Romaria, do compositor Renato Teixeira:

"O meu pai foi peão
Minha mãe solidão
Meus irmãos perderam-se na vida
À custa de aventura
Descansei, joguei,
Investi, desisti,
se há sorte, não sei
nunca vi".

